

~~Acta da Assembleia Municipal de Almada~~  
**ACTA N.º 18**

ans 29 do mês de Julho de 1988, pelas 21 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Almada para a sua 2.ª sessão extraordinária, em a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Apreciação e votação dos pedidos de Comissões para continar uns empreitados a negociar com a Câmara.

Feita a chamada, a que faltaram 6 deputados, foi verificado o quorum necessário para a efectuação da sessão.

Lida a acta da sessão anterior e após uma emenda do deputado Dr. José Aguiar, foi a mesma aprovada por maioria.

Antes da ordem do dia, foi lida a correspondência, com referência especial a uma carta do deputado Dr. José Aguiar, que fazia diversas questões à mesa.

Presente também numa circular do Comissão de Administração e Ordenamento do Território, sobre Regionalizações e que pede 5 discussões e parecer sobre as diversas propostas partidárias.

Foi decidido entregar um exemplar das propostas a cada partido, para prévio conhecimento.

Proposta um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe

29/07/588

do Dr. Vâniando Boniecho, foi o mesmo aprovado e executado, tendo o Dr. Boniecho agradecido a homenagem.

O deputado L. José Agomo, pôs em dúvida que as decisões da Câmara tivessem seguido, informou que as convocatórias eram enviadas em envelopes da Câmara.

O deputado Dr. Boniecho apoiou o deputado L. José Agomo, sugerindo que a Câmara destacasse um funcionário administrativo para os serviços da Mesa da Assembleia e que quem se rebela a pedir responsabilidades.

O Presidente da Mesa referiu que o apoio administrativo nunca lhe foi negado pela Secretaria da Câmara, embora com as deficiências apontadas pela Assembleia.

O Presidente da Câmara explicou que disponibiliza de pessoal pouco qualificado e que só se responsabilizaria perante a Assembleia se os serviços e execuções das sessões fossem entregues, para encarregar e acompanhar na sua festura.

O deputado L. Mires referiu a falta das actas das reuniões da Câmara como uma falta grave e mencionou a concordância com a publicação das notícias desta Assembleia no jornal O Manjueiro.

O deputado Dr. Boniecho concordou com o sentido de indignação do deputado Mires, mas que se refere à falta de informações das actividades da Câmara através das actas das reuniões, salientando que a função fiscalizadora da Assembleia não se poderia fazer, sem o conhecimento dos problemas tratados nas sessões da edilidade.

Também o Presidente da Mesa concordou com a falta de condicção do trabalho de Assembleia, num seu jardim, num espaço caprichado, sem acompanhamento dia a dia da actividade da Câmara.

Quanto à publicação no jornal concelhio das notícias desta orgão, opucia-se para o envio destas notícias da Assembleia, o que foi aceite pelo plenário.

De seguida entrou-se no 1º ponto da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Câmara, após envio da Mesa, explicado que o empréstimo a pedir à Banca, na ordem de trabalhos, na ordem dos 25.000 contos, é desfavorável pelos juros a

29/07/1988

supostos, mas é a solução mais razoável.

As compras de terrenos para oferta à comunidade e infraestruturas, foi feita em boas condições e foi de interesse municipal.

Pensa que o pagamento do empréstimo poderá ser feito num ano em vez dos 3 anos pedidos na ordem de trabalhos.

O Dr. Bonecho pergunta se já foi recebido na Câmara algum verba dos fundos da CEE.

O Presidente da Câmara responde que a falta destes recibos é a origem das reclamações de rever ao crédito bancário.

O deputado José Carita pergunta quantos terrenos foram adquiridos e a que preços.

O Presidente da Câmara informa ter-se adquirido ao Dr. Fernando Camacho a 250.00/m<sup>2</sup>, ao Dr. António Luis Galdino a 120.00/m<sup>2</sup> e ao Dr. José Nuno a 250.00/m<sup>2</sup>, num total de 23.000 contos.

O deputado José Carita comenta com a Câmara, porque não aceita que este juncional apenas com os Bombeiros e acudir de emergências possa fazer e caso de privacidade e a Câmara em todas as empréstimos que faz, tem objectivos concretos e definidos que resultam.

Pensa que há que fazer mais, pois que a Câmara juntou o dinheiro de três rearmamentos e nada se ve.

Foi inaugurado o anelado da Leda, mas que já tivera inicio e quatro anos.

Na transacção dos terrenos, pensa que a Câmara se tivesse composto há mais tempo, teria obtido melhor preço, o que lhe parece ter havido oportunismo dos vendedores e no final a Câmara não se pode deixar levar.

O deputado Morais pergunta qual a situação económica da Câmara.

O Presidente da Câmara diz que não há problemas, pois que a Câmara tem a receber as vendas de terrenos no bairro da Leda e vai vender 24 lotes a 350 contos cada e ainda o lotamento para a indústria.

O deputado José Carita comenta que nenhuma Câmara